



1 Às nove horas do dia dezoito de janeiro de dois mil e dezoito, na sede do Tribunal de Contas dos
2 Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes",
3 sob a Presidência do Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**; presentes os Conselheiros, **ALOSIO**
4 **CHAVES, MARA LÚCIA, ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES E SÉRGIO LEÃO**. Ausências
5 justificadas dos Conselheiros, **JOSÉ CARLOS ARAÚJO E CEZAR COLARES**; presença da
6 Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **ELISABETH**
7 **SALAME DA SILVA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do
8 Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno
9 desta Corte. Convocados os Conselheiros Substitutos, **SÉRGIO DANTAS E ADRIANA**
10 **OLIVEIRA**, para composição de quorum, nos termos da alínea "c", do inciso III, do Artigo 72 do
11 Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que
12 assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos*
13 *neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Em sequência,
14 apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos:
15 **Processo nº 120022013-00; Câmara Municipal de Baião; Prestação de Contas de**
16 **2013; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Nazareno da Silva e Souza; Instrução: 4ª**
17 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro**
18 **Antonio José Guimarães Advogado: Miguel Biz - OAB/PA 15.409-B; Publicado no DOE nº 239**
19 **de 15/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu
20 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o
21 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em**
22 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. **Em votação:** Os Conselheiros Daniel
23 Lavareda, Sérgio Leão, bem como os Conselheiros Substitutos Sérgio Dantas e Adriana Oliveira
24 acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
25 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multa
26 (Acórdão nº 31.691). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1062542012-**
27 **00; Fundo Municipal de Saúde de Uruará; Prestação de Contas de 2012; Contas Anuais**
28 **de Gestão; Responsável: Suraya Patícia Ordones; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público:**
29 **Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho; Publicado**
30 **no DOE nº 239 de 15/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
31 retificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria
32 foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO:** "*Regularmente citada, a*
33 *Ordenadora apresentou defesa, que não foi capaz de sanear a totalidade das falhas. Entre as falhas*
34 *remanescentes apontamos de cunho formal a remessa intempestiva da prestação de contas do 2º e 3º*
35 *quadrimestre, pelo que aplico multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) com base no art. 282, IV "b", do RI/TCM,*
36 *cominado com art. 72, inciso X, LC Estadual nº 109/2016/TCM, que corresponde a 308,98 UPF's-PA*
37 *(Unidades de Padrão Fiscal do Estado do Pará), a qual deve ser revertida em favor do FUMREAP. Quanto a*
38 *Inscrição em Restos a Pagar, no importe de R\$ 5.543.150,78 (cinco milhões, quinhentos quarenta e três*
39 *mil, cento e cinquenta reais e setenta e oito centavos), superior à disponibilidade financeira em 31.12, no*
40 *FMS de R\$ 238.562,67 (duzentos e trinta e oito mil, quinhentos e sessenta e dois reais e sessenta e sete*



centavos), corresponde a falha de natureza grave, contrariando o art. 1º, § 1º, da LRF – 101/2000, que caracteriza desequilíbrio orçamentário financeiro, ainda mais em se tratando de último ano de exercício, nos termos do que estabelece o art. 42, da legislação vigente. Destaco ainda, que foi verificado pela Assessoria de meu Gabinete, na Consolidação das Contas de Gestão do Município de Uruará (Processo nº 1060012012-00), disponibilidade financeira no montante de R\$ 2.138.562,67 (dois milhões, cento e trinta e oito mil, quinhentos e sessenta e dois reais e sessenta e sete centavos), ou seja, insuficiente para absorver os compromissos assumidos até 31.12.2012, desta forma permanecendo a irregularidade, pelo que, aplico multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) com base no art. 282, IV "b", do RI/TCM, c/c com art. 72, inciso X, LC Estadual nº 109/2016/TCM, que corresponde a 1.544,92 UPF's-PA (Unidades de Padrão Fiscal do Estado do Pará), a qual deve ser revertida em favor do FUMREAP. Ademais, fica, desde já, advertida a Ordenadora responsável, que o não recolhimento das multas fixadas, no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado da presente decisão, importará, nos termos do art. 303, do RITCM-PA (Ato nº 18/2017), no acréscimo de correção monetária, multa e juros de mora, nos seguintes termos: (I) multa de mora de 0,10% (dez centésimo por cento) do valor da multa, por dia de atraso, até o limite de 36% (trinta e seis por cento); (II) correção monetária de seu valor, calculado desde a data e que deveria ser pago até o efetivo pagamento, com base na variação da Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará – UPF-PA e (III) juros de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, desde a data em que deveria ser pago até o efetivo pagamento. Diante do exposto, voto pela irregularidade, das contas do Fundo Municipal de Saúde de Uruará, no exercício de 2012, de responsabilidade da Sra. Suraya Patrícia Ordones, sem o prejuízo do recolhimento das multas supracitadas. Cópia dos autos ao Ministério Público do Estado para providências que entender cabíveis. Este é o voto que submeto a deliberação do Egrégio Plenário". **Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves e Sérgio Leão, bem como os Conselheiros Substitutos Sérgio Dantas e Adriana Oliveira acompanharam a Relatora na íntegra. O Conselheiro Daniel Lavareda solicitou Vista dos autos. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1300212013-00; Fundo Municipal de Educação de Anapu; Prestação de Contas de 2013; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Vivian Ladeia Rodrigues; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho; Publicado no DOE nº 239 de 15/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**: "Regularmente citada, a Ordenadora apresentou defesa, sanando as falhas originalmente apontas. Diante do exposto, com fundamento no art. 45, inciso I, da LC Estadual nº 109/2016, voto pela regularidade, das contas do Fundo Municipal de Educação de Anapu, no exercício de 2013, de responsabilidade da Sra. Vivian Ladeia Rodrigues, devendo ser concedido o competente Alvará de Quitação, no importe de R\$ 3.238.000,38 (três milhões, duzentos e trinta e oito mil e trinta e oito centavos). Este é o voto que submeto a deliberação do Egrégio Plenário". **Em votação:** O Conselheiros Aloísio Chaves pediu Vista dos autos. Os Conselheiros Daniel Lavareda, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem como os Conselheiros Substitutos Sérgio Dantas e Adriana Oliveira decidiram por aguardar a manifestação do Voto de Vista. **Processo nº 1352042011-00; Secretaria Municipal de Educação, Desporto e FUNDEB de Curuá; Prestação de Contas de 2011; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Edilson Chaibe Nunes; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho; Publicado no DOE nº 239 de**



83 **15/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu
84 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com aplicação de
85 multas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO. Em**
86 **votação:** Os Conselheiros Aloísio Chaves, Daniel Lavareda, Antonio José Guimarães e Sérgio
87 Leão, bem como os Conselheiros Substitutos Sérgio Dantas e Adriana Oliveira acompanharam a
88 Relatora na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
89 pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos autos
90 ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 31.692). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.
91 **Processo nº 714852011-00; Secretaria Municipal de Segurança Cidadã de Santarém;**
92 **Prestação de Contas de 2011;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Luiz Alberto da Cruz;
93 **Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora:**
94 **Conselheira Mara Lúcia Barbalho; Publicado no DOE nº 239 de 15/01/2018.** Cumprindo
95 dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
96 se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora
97 proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Aloísio Chaves, Daniel Lavareda, Antonio José
98 Guimarães e Sérgio Leão, bem como os Conselheiros Substitutos Sérgio Dantas e Adriana Oliveira
99 acompanharam a Relatora na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
100 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com a expedição do competente Alvará de
101 Quitação (Acórdão nº 31.693). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**
102 **823982014-00; Fundo Municipal de Saúde de Soure; Prestação de Contas de 2014;**
103 **Contas Anuais de Gestão; Responsáveis: Newton Carlos Freire Pereira (01/01 a 30/04) e João**
104 **Carmelino Ramos Ramires (01/05 a 31/12); Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público:**
105 **Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº**
106 **239 de 15/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu
107 posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela regularidade das
108 contas, com ressalvas, de ambos Ordenadores. A matéria foi colocada **em discussão**. O
109 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Aloísio Chaves, Daniel
110 Lavareda, Antonio José Guimarães, bem como os Conselheiros Substitutos Sérgio Dantas e
111 Adriana Oliveira acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O
112 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas de responsabilidade do Sr.
113 Newton Carlos Freire Pereira, com a expedição do competente Alvará de Quitação; e pela
114 regularidade das contas, com ressalvas, de responsabilidade do Sr. João Carmelino Ramos
115 Ramires, com aplicação de multa (Acórdão nº 31.694). Presidência do Conselheiro Daniel
116 Lavareda. **Processo nº 662202014-00; FUNDEB de Salvaterra; Prestação de Contas de**
117 **2014;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Naudir Modesto de Assis; Instrução: 1ª
118 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro**
119 **Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 239 de 15/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o
120 Ministério Público retificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de
121 parecer prévio pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em**
122 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Aloísio



123 Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Antonio José Guimarães, bem como os Conselheiros
124 Substitutos Sérgio Dantas e Adriana Oliveira acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência
125 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com
126 ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 31.695). Presidência do Conselheiro Daniel
127 Lavareda. **Processo nº 824192014-00; FUNDEB de Soure; Prestação de Contas de**
128 **2014;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Rosileia Felipe Brito Melo; Instrução: 1ª
129 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro
130 Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 239 de 15/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o
131 Ministério Público retificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de
132 parecer prévio pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em**
133 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Aloísio
134 Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Antonio José Guimarães, bem como os Conselheiros
135 Substitutos Sérgio Dantas e Adriana Oliveira acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência
136 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com
137 ressalvas, e aplicação de multa (Acórdão nº 31.696). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.
138 **Processo nº 1272292012-00; FUNDEB de Trairão; Prestação de Contas de 2012;**
139 **Contas Anuais de Gestão; Responsável: Maria Regina Pirez; Instrução: 1ª Controladoria;**
140 **Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão;**
141 **Contadora: Jaimilly Quintero Salomão CRC-Pa 11.341; Publicado no DOE nº 239 de**
142 **15/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu
143 posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das
144 contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi
145 colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os
146 Conselheiros Aloísio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Antonio José Guimarães, bem como os
147 Conselheiros Substitutos Sérgio Dantas e Adriana Oliveira acompanharam o Relator na íntegra. A
148 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das
149 contas, com aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público
150 Estadual (Acórdão nº 31.697). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**
151 **201705841-00; Fundo Municipal de Saúde de São João da Ponta; Pedido de Revisão de**
152 **2007 da decisão do Acórdão nº 28.751; Autor: Orleandro Alves Feitosa; Instrução: 4ª**
153 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro**
154 **Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 239 de 15/01/2018.** Cumprindo dispositivo
155 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
156 conhecimento e provimento parcial do Pedido, com a reforma da decisão. A matéria foi colocada
157 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Aloísio
158 Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia e Sérgio Leão, bem como os Conselheiros Substitutos Sérgio
159 Dantas e Adriana Oliveira acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a
160 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do
161 Pedido, com a reforma da decisão (Acórdão nº 31.698). Presidência do Conselheiro Daniel
162 Lavareda. **Processo nº 201603018-00 (1280022013-00); Câmara Municipal de**



163 **Ulianópolis;** Pedido de Revisão de 2013 Contra a decisão do objeto do Acórdão nº 27.538/2015;
164 Autora: Marta Resende Soares; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria
165 Inez Gueiros; Relatora: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 239 de 15/01/2018.**
166 Retirado de Pauta. **Processo nº 230022007-00 (201418014-00); Câmara Municipal de**
167 **Capitão-Poço;** Pedido de Revisão de 2007 Contra a decisão do objeto do Acórdão nº
168 24.796/2014; Autor: José de Sales Coutinho Aguiar; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério
169 Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE**
170 **nº 239 de 15/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
171 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e não provimento do Pedido, com
172 a manutenção da decisão recorrida. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator
173 proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Aloísio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia e
174 Antonio José Guimarães, bem como os Conselheiros Substitutos Sérgio Dantas e Adriana Oliveira
175 acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
176 **unanimidade,** decidiu pelo conhecimento e não provimento do Pedido, com a manutenção da
177 decisão recorrida (Acórdão nº 31.699). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**
178 **201513974-00 (882702010-00); Fundo Municipal de Saúde de Concórdia do Pará;**
179 **Recurso de 2010 Ordinário contra o objeto do Acórdão nº 27.119/2015; Recorrente: Elielza do**
180 **Socorro Reis da Silva; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth**
181 **Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 239 de**
182 **15/01/2018.** Retirado de Pauta. **Processo 200916537-00 (200811409-00); SEJEL-Secretaria**
183 **Municipal de Esporte, Juventude e Lazer de Belém; Recurso de 2008 de Reconsideração contra a**
184 **decisão do objeto do Acórdão nº 18.116/2009; Recorrente: Carlos Alberto Pereira da Cunha;**
185 **Instrução: DIAPE; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro**
186 **Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 239 de 15/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o
187 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e
188 não provimento do Recurso, com a manutenção da decisão recorrida. A matéria foi colocada **em**
189 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** *"O Recurso em exame é tempestivo e*
190 *preenche os requisitos regimentais de admissibilidade, pelo que, merece ser CONHECIDO.*
191 *Quanto ao mérito, acolho o entendimento do Setor Técnico e do Ministério Público de Contas,*
192 *que os documentos apresentados não são suficientes para modificar o teor da Decisão Recorrida,*
193 *eis que não restou comprovada a necessidade das contratações temporárias de caráter*
194 *excepcional, como preceitua a Constituição Federal. Ante ao exposto, CONHEÇO do Recurso*
195 *apresentado, por ser tempestivo e adequado à espécie, e, no Mérito, NEGO PROVIMENTO ao*
196 *mesmo, mantendo, integralmente o teor do Acórdão nº 18.116/TCM/PA, que negou registro dos*
197 *Contratos Temporários nºs 001/2008 e 018/2008, celebrados pela SEJEL com MILTON MATEUS*
198 *DE SOUZA E OUTROS, no exercício financeiro de 2008".* **Em votação:** O Conselheiro Aloísio
199 Chaves divergiu do posicionamento do Conselheiro Relator, e votou pelo conhecimento e
200 provimento do Recurso, reformando a decisão recorrida, no que fora acompanhado pela
201 Conselheira Mara Lúcia, pelos Conselheiros Antonio José Guimarães e Daniel Lavareda. Suscitada
202 a divergência, o Conselheiro Relator retificou seu Voto, pelo conhecimento e provimento do



203 Recuso, com a modificação da decisão recorrida. O Conselheiro Substitutos Sérgio Dantas
204 acompanhou a divergência levantada pelo Conselheiro Aloisio Chaves. A Conselheira Substituta
205 Adriana Oliveira acompanhou o Voto Original, pelo conhecimento e não provimento do Recuso,
206 com a manutenção da decisão recorrida. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **por**
207 **maioria**, decidiu pelo conhecimento e provimento do Recurso, com a modificação da decisão
208 recorrida (Acórdão nº). Vencida a Conselheira Substituta Adriana Oliveira quanto a manutenção
209 da decisão recorrida. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **MATÉRIA**
210 **ADMINISTRATIVA:** O Conselheiro Presidente, Daniel Lavareda fez um comunicado ao Pleno
211 sobre a Portaria nº410 – SEFA/PA da data do dia 21.12.2017, que fixa a expressão monetária da
212 Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará (UPF-PA), que entrou em vigor no exercício de 2018.
213 **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a
214 presente Sessão, às dez horas e trinta minutos da qual foi lavrada a presente Ata.
215 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em dezoito de janeiro
216 de dois mil e dezoito.
217 Ata aprovada em Sessão Ordinária nº 007/2018, em seis de fevereiro de dois mil e dezoito.
218 Visto:

Luis Daniel Lavareda Reis Junior
Conselheiro / Presidente / Presidente da Sessão

Jorge Antônio Cajango Pereira
Secretário Geral